

**TRIBUNAIS INTERNACIONAIS
E A RELAÇÃO ENTRE O
DIREITO INTERNACIONAL E O
DIREITO INTERNO**

NÚCLEO DE ESTUDOS EM
TRIBUNAIS INTERNACIONAIS
DA FACULDADE DE DIREITO DA USP

TRIBUNAIS INTERNACIONAIS
E A RELAÇÃO ENTRE O
DIREITO INTERNACIONAL E O
DIREITO INTERNO



Belo Horizonte
2017

CONSELHO EDITORIAL

Álvaro Ricardo de Souza Cruz	Jean Carlos Fernandes
André Cordeiro Leal	Jorge Bacelar Gouveia - Portugal
André Lipp Pinto Basto Lupi	Jorge M. Lasmar
Antônio Márcio da Cunha Guimarães	Jose Antonio Moreno Molina - Espanha
Bernardo G. B. Nogueira	José Luiz Quadros de Magalhães
Carlos Augusto Canedo G. da Silva	Kiwonghi Bizawu
Carlos Bruno Ferreira da Silva	Leandro Eustáquio de Matos Monteiro
Carlos Henrique Soares	Luciano Stoller de Faria
Claudia Rosane Roesler	Luiz Manoel Gomes Júnior
Clêmeron Merlin Clève	Luiz Moreira
David França Ribeiro de Carvalho	Márcio Luís de Oliveira
Dhenis Cruz Madeira	Maria de Fátima Freire Sá
Dircêo Torrecillas Ramos	Mário Lúcio Quintão Soares
Emerson Garcia	Martonio Mont'Alverne Barreto Lima
Felipe Chiarello de Souza Pinto	Nelson Rosenvald
Florisbal de Souza Del'Olmo	Renato Caram
Frederico Barbosa Gomes	Roberto Correia da Silva Gomes Caldas
Gilberto Bercovici	Rodolfo Viana Pereira
Gregório Assagra de Almeida	Rodrigo Almeida Magalhães
Gustavo Corgosinho	Rogério Filippetto de Oliveira
Gustavo Silveira Siqueira	Rubens Beçak
Jamile Bergamaschine Mata Diz	Vladmir Oliveira da Silveira
Janaína Rigo Santin	Wagner Menezes
	William Eduardo Freire

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos reprográficos, sem autorização expressa da editora.

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

Arraes Editores Ltda., 2017.

Coordenação Editorial: Fabiana Carvalho
Produção Editorial e Capa: Danilo Jorge da Silva

341.55 Tribunais internacionais e a relação entre o direito internacional
T822 e o direito interno / [Organizado por] Wagner Menezes. Belo
2016 Horizonte: Arraes Editores, 2016.
p.511

ISBN: 978-85-8238-266-0

1. Direito internacional. 2. Direito interno. 3. Tribunais internacionais. 4. Corte Internacional de Justiça. 5. Tribunal Penal internacional. I. Menezes, Wagner (Org.). II. Título.

CDDir-341.164
CDD(23.ed.)-341.55

Elaborada por: Fátima Falci
CRB/6-nº 700

MATRIZ
Rua do Ouro, 136, Sala 406 - Bairro Serra
Belo Horizonte/MG - CEP 30220-000
Tel: (31) 3031-2330

FILIAL
Rua Senador Feijó, 154/cj 64 - Bairro Sé
São Paulo/SP - CEP 01006-000
Tel: (11) 3105-6370

www.arraeseditores.com.br
arraes@arraeseditores.com.br

Belo Horizonte
2017

COMITÊ EDITORIAL

Álvaro Ricardo de Souza Cruz	Jorge Bacelar Gouveia – Portugal
André Cordeiro Leal	Jorge M. Lasmar
André Lipp Pinto Basto Lupi	Jose Antonio Moreno Molina – Espanha
Antônio Márcio da Cunha Guimarães	José Luiz Quadros de Magalhães
Bernardo G. B. Nogueira	Kiwonghi Bizawu
Carlos Augusto Canedo G. da Silva	Leandro Eustáquio de Matos Monteiro
Carlos Bruno Ferreira da Silva	Luciano Stoller de Faria
Carlos Henrique Soares	Luiz Manoel Gomes Júnior
Claudia Rosane Roesler	Luiz Moreira
Clémerson Merlin Clève	Márcio Luís de Oliveira
David França Ribeiro de Carvalho	Maria de Fátima Freire Sá
Dhenis Cruz Madeira	Mário Lúcio Quintão Soares
Dircêo Torrecillas Ramos	Martonio Mont’Alverne Barreto Lima
Emerson Garcia	Nelson Rosendal
Felipe Chiarello de Souza Pinto	Renato Caram
Florisbal de Souza Del’Olmo	Roberto Correia da Silva Gomes Caldas
Frederico Barbosa Gomes	Rodolfo Viana Pereira
Gilberto Bercovici	Rodrigo Almeida Magalhães
Gregório Assagra de Almeida	Rogério Filippetto de Oliveira
Gustavo Corgosinho	Rubens Beçak
Jamile Bergamaschine Mata Diz	Vladmir Oliveira da Silveira
Janaína Rigo Santin	Wagner Menezes
Jean Carlos Fernandes	William Eduardo Freire

COMITÊ CIENTÍFICO

Alfredo Attié
Camilla Capucio
Claudia Regina Oliveira Magalhães da Silva Loureiro
Daniela Bucci
Deo Campos Dutra
Ivette Esis Villarroel
Jeancezar Ditzz de Souza Ribeiro
Luís Renato Vedovato
Raphael de Carvalho Vasconcelos
Renata Alvares Gaspar
Thiago Paluma
Ver Lúcia Viegas Liquidato

**QUADRO EXECUTIVO DO NÚCLEO DE ESTUDOS EM
TRIBUNAIS INTERNACIONAIS DA FACULDADE DE DIREITO
DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

COORDENAÇÃO GERAL: Celso de Oliveira Santos
SECRETARIA GERAL: Ernesto Gomes Esteves Neto E Paulo Mendes De Carvalho Guedes
SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO: Maria Emilia Loth Machado
DIREÇÃO CIENTÍFICA: Professor Associado Wagner Menezes
REVISÃO: Ernesto Gomes Esteves Neto E Wagner Menezes

**MEMBROS DO NÚCLEO DE ESTUDOS EM
TRIBUNAIS INTERNACIONAIS DA FACULDADE DE DIREITO
DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO NO ANO 2016**

Adriana Garcia Conrado
Adriana Moura Mattos da Silva
Adriano Alberto Smolarek
Alexandrina Paiva da Rocha
Alfredo Attié Jr
Amanda Carneiro Lima Melo
Ana Cláudia Ruy Cardia
Ana Luiza Pastorelli e Pacífico
Ana Paula Correa de Sales
Andre Chamie Houmsi
Andres Ueta
Beatriz Canhoto Lima
Bernardo Pereira de Lucena Rodrigues Guerra
Bianca Louise Blanco
Bruna Giabardo Tendolo Alves
Bruna Migliaccio Setti
Bruna Nowak
Bruno Menoncello Cedano
Bruno Pegorari
Caique Bernardes Magalhães Queiroz
Camila Capuccio
Carlos Eduardo de Castro e Silva Carreira
Carolina Meneghello
Celso de Oliveira Santos
Claudia Regina de Oliveira Magalhães da Silva Loureiro
daniela bucci
Daniela Cristina de Oliveira Abe

David França Ribeiro de Carvalho
Eloá Souza Figaro
Ernesto Gomes Esteves Neto
Fabiana Canhete
Felipe Zucchini Coracini
Fernanda Sabah Gomes Soares
Flavia Salum Carneiro Soares
Gabriel Joaquim
Gabriela Martins do Espírito Santo
Gabriela Vieira Santos e Santos
Henrique Santos Costa de Souza
Ivette Esis
Jeancezar Ditzz de Souza Ribeiro
Jesiel silvestre lourenço
João Vitor Cardoso
José Daniel Gatti Vergna
Letícia Ueda Vella
Louise de Araujo
Lucas Ribeiro da Silva
Luisa Pereira da Rocha Giannini
Luiz Philipe Ferreira De Oliveira
Luiza Drummond Veado
Maria Emilia Loth Machado
Milena Malteze Zuffo
Mônica Nogueira Rodrigues
Natalia De Lima Figueiredo
Núria Debaza Baxauli
Orlando Jose Guterres Costa Júnior
Patrícia Nunes Arantes
Paula Ritzmann Torres
Paulo Henrique Reis de Oliveira
Paulo Mendes de Carvalho Guedes
Priscila Matulaitis Cottarelli
Rafael Santos Moraes
Rafaella Salomão
Sarah Paulini
Sibele walkiria lopes
Sílvia Raggi Gomes
Sofia Lopes Andrade
Solano De Camargo
Thaís de Oliveira
Thomás Henrique Fetti Peresi
Valéria Emília de Aquino
Vanessa Garcia Dinis
Yasmin Kahwage

AGRADECIMENTOS

Agradecemos, em primeiro lugar, a todas e todos que integram e integraram o Núcleo de Estudos em Tribunais Internacionais da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, pela dedicação ao grupo e pelo empenho na pesquisa no decorrer dos sete anos de compromisso do NETI-USP com o aprofundamento da produção acadêmica sobre os Tribunais Internacionais no Brasil.

Agradecemos, ainda, à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, pelo acolhimento, bem como à Seção de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB SP), à Academia Brasileira de Direito Internacional, ao Centro de Estudos em Direito do Mar da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, e aos Projetos Migração, Diálogos do Barão e Direito Internacional & Expressões Culturais e ao Google Brasil, pelo apoio institucional para a realização do VII Simpósio Brasileiro sobre Tribunais e Cortes Internacionais e, por consequência, desta obra.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	XV
CAPÍTULO INTRODUTÓRIO	
OS TRIBUNAIS INTERNACIONAIS NO CONTEXTO DA RELAÇÃO ENTRE O DIREITO INTERNACIONAL E O DIREITO INTERNO <i>Celso de Oliveira Santos e Ernesto Gomes Esteves Neto</i>	1
CAPÍTULO 1	
ORGANISMOS E TRIBUNAIS INTERNACIONAIS E O UNIVERSALISMO DE VALORES FUNDAMENTAIS E PRINCÍPIOS INDIVISÍVEIS <i>George Niaradi e Arthur de Mattos Cuco</i>	7
CAPÍTULO 2	
ANÁLISE DO JUSTICE AGAINST SPONSORS OF TERRORISM ACT À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DACORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA: A QUESTÃO DA IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO DOS ESTADOS E DE SEUS AGENTES <i>Ana Luisa Demoraes Campos</i>	13
CAPÍTULO 3	
O INDIVÍDUO COMO SUJEITO PERANTE CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA E OS EFEITOS PARA O DIREITO INTERNO <i>Ana Luiza Pastorelli e Pacifico e Flávia Foz Mange</i>	26
CAPÍTULO 4	
O DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: O CASO IVCHER VS. PERU, ANÁLISE E REPERCUSSÕES <i>Ana Paula Correa de Sales e Máгна Suyanne de Lima Costa</i>	37

<p>CAPÍTULO 5</p> <p>APLICAÇÃO DA TEORIA DO DOMÍNIO DO FATO NO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL NO COMBATE À IMP UNIDADE E SUAS CONTRADIÇÕES</p> <p><i>Ana Paula Correa de Sales e Lucas Emmanoel dos Santos Ferreira</i></p>	52
<p>CAPÍTULO 6</p> <p>IMPACTO DOS TRIBUNAIS INTERNACIONAIS NA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS BRASILEIROS: O CASO DO CRIME DE DESACATO</p> <p><i>Andres Ueta</i></p>	65
<p>CAPÍTULO 7</p> <p>A COOPERAÇÃO COM O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL: O CRIME DE GENOCÍDIO NO PROJETO DE LEI 4.038/08</p> <p><i>Barbara Mourão Sachett</i></p>	76
<p>CAPÍTULO 8</p> <p>ENSAIO SOBRE A FORÇA NORMATIVA DOS RELATÓRIOS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO/PNUD</p> <p><i>Baruana Calado dos Santos</i></p>	85
<p>CAPÍTULO 9</p> <p>INFLUÊNCIA DO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS NO ÂMBITO DO DIREITO INTERNO BRASILEIRO SOB A ÓTICA DA TEORIA DO DUPLO CONTROLE</p> <p><i>Beatriz Canhoto Lima e Enrique Ricardo Lewandowski</i></p>	98
<p>CAPÍTULO 10</p> <p>O (QUASE) DIÁLOGO DO STF COM O DIREITO INTERNACIONAL: O DEBATE SOBRE A IMP RESCRITIBILIDADE DOS CRIMES CONTRA A HUMANIDADE NO JULGAMENTO DA EXTRADIÇÃO 1.362</p> <p><i>Bruna Nowak</i></p>	108
<p>CAPÍTULO 11</p> <p>EFETIVIDADE DAS DECISÕES DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS NO CASO DO COMP LEXO PENITENCIÁRIO DO CURADO</p> <p><i>Camila de Assis Santana Silva e Márcia Costa Misi</i></p>	121
<p>CAPÍTULO 12</p> <p>CRIAÇÃO DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL E CONSEQUÊNCIAS LEGISLATIVAS E JURISPRUDENCIAIS NO DIREITO BRASILEIRO</p> <p><i>Carlos Eduardo de Castro e Silva Carreira e Lucas Ribeiro da Silva</i></p>	139

CAPÍTULO 13	
O TRIBUNAL INTERNACIONAL PARA A APLICAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA EM EL SALVADOR COMO ALTERNATIVA VIÁVEL PARA AS VÍTIMAS SALVADORENHAS	
<i>Charlotth Back</i>	151
CAPÍTULO 14	
TENTATIVAS DE IMPEDIR A PROLIFERAÇÃO NUCLEAR: A EXPERIÊNCIA DA EUROPA E A RECENTE DECISÃO DA CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA	
<i>Catarina Araújo Silveira Woyames Pinto e Charlotth Back</i>	163
CAPÍTULO 15	
A EXPANSÃO DA PROTEÇÃO AMBIENTAL NOS TRIBUNAIS INTERNACIONAIS E O DIÁLOGO COM O DIREITO INTERNO	
<i>Clarissa Brandão e Roberta De Stéfani Vianna</i>	175
CAPÍTULO 16	
COOPERAÇÃO ENTRE OS TRIBUNAIS INTERNACIONAIS: UMA REFLEXÃO SOBRE A PROLIFERAÇÃO DAS CORTES INTERNACIONAIS	
<i>Clarissa Maria Beatriz Brandão de Carvalho Kowarski e Daniele Oliveira Reis Blachi</i>	183
CAPÍTULO 17	
A COMPARAÇÃO ENTRE A REPARAÇÃO APLICADA NOS CASOS DE VIOLAÇÃO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO PELAS CORTES EUROPEIA E INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS E SEUS IMPACTOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO INTERNO	
<i>Daniela Bucci e Erika Maeoka</i>	190
CAPÍTULO 18	
ENTRE O INTERNACIONAL E O LOCAL: UM ESTUDO SOBRE O JULGAMENTO DE SADDAM HUSSEIN NO ALTO TRIBUNAL IRAQUIANO (IHT) E O DEBATE SOBRE O LOCUS DA JUSTIÇA PENAL EM CASOS DE CRIMES CONTRA A HUMANIDADE	
<i>Daniela Cristina de Oliveira Abe e Luisa Pereira da Rocha Giannini</i>	200
CAPÍTULO 19	
A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NOS CONTENCIOSOS DA OMC SOBRE SUBSÍDIOS E A CONTRIBUIÇÃO PARA O DIREITO INTERNO	
<i>David França Ribeiro de Carvalho e Thiago Barbosa de Oliveira Alves</i>	213

CAPÍTULO 20

O DESAFIO DA PROLIFERAÇÃO DE TRIBUNAIS INTERNACIONAIS
E A CONTRIBUIÇÃO DO TIDM PARA O DEBATE

Luisa Pereira da Rocha Giannini e Henrique Lenon Farias Guedes 227

CAPÍTULO 21

A COOPERAÇÃO JURÍDICA NA SUBTRAÇÃO
INTERNACIONAL DE CRIANÇAS: A VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA COMO OBSTÁCULO AO MECANISMO DA
RESTITUIÇÃO IMEDIATA INTERPRETADA À LUZ DA
JURISPRUDÊNCIA DA CORTE INTERAMERICANA E
EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS

Eduardo Cesar Paredes de Carvalho 240

CAPÍTULO 22

O SISTEMA DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS PREVISTO NA
CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DIREITO DO
MAR: CONSIDERAÇÕES E COMENTÁRIOS

Eliane Maria Octaviano Martins e Paulo Henrique Reis de Oliveira 256

CAPÍTULO 23

A CONTRIBUIÇÃO DA CORTE CARIBENHA DE JUSTIÇA NO
COMBATE À DISCRIMINAÇÃO DE PESSOAS LGBTI NA
REGIÃO E POSSÍVEIS LIÇÕES AO BRASIL

Felipe Brandão Daier e Thales Gomes da Silva Coimbra 271

CAPÍTULO 24

A IMPLEMENTAÇÃO DA CORTE PENAL DA UNASUL PARA
REPRESSÃO AOS CRIMES TRANSNACIONAIS GRAVES

Fernanda Ravazzano Lopes Baqueiro 281

CAPÍTULO 25

A CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS E O
CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE: “INTERNATIONAL
JUDICIAL LAW MAKING” E O DIÁLOGO ENTRE CORTES

Guilherme Vitor de Gonzaga Camilo 299

CAPÍTULO 26

A JURISPRUDÊNCIA DA CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA
NO CASO NOTTEBOHM E O COMPROMISSO DE REDUÇÃO
DA APATRIDIA NO BRASIL: POSSÍVEIS RELAÇÕES

Jeancezar Ditzz de Souza Ribeiro e Helenice Pereira Sardenberg 316

<p>CAPÍTULO 27</p> <p>A RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DE ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS: EM BUSCA DE UM REGIME JURÍDICO APLICÁVEL</p> <p><i>Liv Azevedo Sarmiento e Vitor Silva de Moraes</i></p>	326
<p>CAPÍTULO 28</p> <p>A INFLUÊNCIA DO SISTEMA INTERAMERICANO NAS POLÍTICAS DE SAÚDE MENTAL BRASILEIRAS: OS DEZ ANOS DO CASO DAMIÃO XIMENES LOPES V. BRASIL</p> <p><i>Luiza Drummond Veado e Stephannie de Souza Fernandes</i></p>	339
<p>CAPÍTULO 29</p> <p>SOBERANIA E (DES)TERRITORIALIZAÇÃO: OS LIMITES DA POLÍTICA PÚBLICA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO E OS CAMINHOS DA JUSTIÇA GLOBAL</p> <p><i>Mayara Nunes Medeiros de Souza e Maria Freitas do Nascimento</i></p>	348
<p>CAPÍTULO 30</p> <p>DIREITO INTERNACIONAL DO DESENVOLVIMENTO E GOVERNANÇA GLOBAL NA OMC: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL</p> <p><i>Mônica Nogueira Rodrigues e Renata Alvares Gaspar</i></p>	364
<p>CAPÍTULO 31</p> <p>ACESSO DO INDIVÍDUO À DISCIPLINA DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO: O PAPEL DOS TRIBUNAIS BRASILEIROS</p> <p><i>Natália de Lima Figueiredo</i></p>	379
<p>CAPÍTULO 32</p> <p>DIÁLOGOS ENTRE OS TRIBUNAIS E TRANSCONSTITUCIONALISMO: UMA ANÁLISE DO CONTEXTO EUROPEU E DA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA</p> <p><i>Pedro Gustavo Gomes Andrade e Vinicius Machado Calixto</i></p>	387
<p>CAPÍTULO 33</p> <p>O IMPACTO DOS TRIBUNAIS INTERNACIONAIS SOBRE O DIREITO INTERNO: UMA PESQUISA EMPÍRICA SOBRE AS DECISÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ CONTENDO EXPRESSAS REFERÊNCIAS AO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS</p> <p><i>Rafael Osvaldo Machado Moura</i></p>	400

<p>CAPÍTULO 34 UMA RELEITURA DA PROTEÇÃO DIPLOMÁTICA NO DIREITO INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEO: UM OLHAR SOBRE A JURISDIÇÃO DA CIJ E SEU IMPACTO NOS ESTADOS <i>Rafael Santos Morais</i></p>	420
<p>CAPÍTULO 35 O BRASIL E O RECONHECIMENTO DA JURISDIÇÃO OBRIGATÓRIA DA CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA <i>Rafael Zelesco Barretto</i></p>	429
<p>CAPÍTULO 36 COMPLEMENTARIEDADE E O CRIME DE AGRESSÃO: (IM)POSSIBILIDADE DE EXERCÍCIO DE PRIMAZIA DA JURISDIÇÃO NACIONAL CONTRA AGENTES POLÍTICOS? <i>Samuel Felipe Nascimento Horn e João Paulo Orsini Martinelli</i></p>	442
<p>CAPÍTULO 37 DOS PRIVILÉGIOS ACADÊMICOS À IRRELEVÂNCIA DA IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO: UM <i>COUP D'OEIL</i> À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS <i>Sibele Walkiria Lopes</i></p>	458
<p>CAPÍTULO 38 O NECESSÁRIO DIÁLOGO INTERJURISDICIONAL ENTRE A JURISDIÇÃO BRASILEIRA E A INTERAMERICANA <i>Thiago Oliveira Moreira</i></p>	478

APRESENTAÇÃO

Nos dias atuais, presenciamos a dinâmica transformação da sociedade globalizada, em decorrência da inexorável intensificação e massificação das relações desenvolvidas no plano internacional, de sorte que tais transformações geram direitos e obrigações a todos os sujeitos de Direito Internacional, que convivem e estabelecem suas relações sob a égide de um ideal de solidariedade e paz internacional.

O próprio Direito Internacional, nesse contexto, sofre transformações tanto na sua estrutura quanto na sua compreensão, tendo-se observado, mais recentemente, a pluralização de sujeitos e temáticas por ele abrangidas, bem como a institucionalização da aplicação dos seus preceitos, que se consubstancia na multiplicação das Organizações Internacionais e, por conseguinte, de Tribunais e órgãos jurisdicionais, autônomos ou incluídos nas estruturas das Organizações Internacionais.

Os Tribunais Internacionais, então, desempenham indispensável função na sociedade internacional contemporânea, contribuindo para o desenvolvimento do Direito Internacional ao solucionar pacificamente as controvérsias surgidas no que concerne a sua aplicação, auxiliando na criação de uma interpretação uniforme das suas normas e de seus princípios e atuando com celeridade, maturidade e necessária ambição diante das demandas que lhes são submetidas nas mais variadas temáticas. Já se pode afirmar, inclusive, que o papel dos Tribunais Internacionais também diz respeito à reafirmação sistêmica do Direito Internacional, uma vez que o exercício de sua jurisdição, em diferentes níveis e possibilidades de alcance, vem impactando as ordens jurídicas internas dos Estados por eles jurisdicionados, bem como tem se erguido como importante fonte do próprio Direito Internacional, sendo os Tribunais Internacionais instâncias democrática e legitimamente estabelecidas para a concretização plena desse ideal universal.

Diante da relevância e da conveniência do estudo dos Tribunais Internacionais, aquilo que em dezembro de 2009 ainda era uma ideia embrionária, em 2010 concretizou-se com a criação do Núcleo de Estudos em Tribunais Internacionais da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (NETI/USP), que foi “um dos” se não o primeiro grupos de estudos brasileiro voltado para a compreensão dos Tribunais Internacionais em sua lógica histórica e sistêmica.

Se, no início, como era de se esperar, o grupo tinha atuação tímida e acanhada, buscando primeiramente estabelecer os contornos teóricos de seu objeto de estudo, o NETI/USP tem se consolidado, nos dias de hoje - com metodologia própria e com linha de pesquisa arrojada e concatenada com as discussões contemporâneas - como um dos maiores grupos de estudos de Direito Internacional do país, congregando

aproximadamente 70 pesquisadores, de diferentes origens e formações, de graduandos a doutores, de norte a sul do país.

Durante os anos 2010 e 2011, o grupo dedicou-se ao estudo dos fundamentos da atuação dos Tribunais Internacionais, para, então, em 2012 e 2013 debruçar-se sobre uma instigante investigação a respeito da existência ou não de conflito de competência dos mais diversos Tribunais existentes, por ocasião do exercício concomitante de sua jurisdição, interpretada sob um ponto de vista sistêmico, a par da harmonia e da cooperação internacional estabelecida entre os Tribunais Internacionais.

Já nos anos 2014 e 2015, o NETI/USP buscou reconhecer parâmetros para a interpretação da efetividade dos Tribunais Internacionais, tendo concluído que a efetividade de suas decisões não se resume nos aspectos quantitativos do cumprimento de provimentos jurisdicionais, vez que a efetividade dos Tribunais Internacionais, que contribui verdadeiramente para o Direito Internacional, também considera outros elementos, como o acesso à justiça, a reafirmação da jurisdição internacional e também a releitura crítica da identificação das fontes do Direito Internacional nos Tribunais Internacionais.

Em 2016, o Núcleo dedicou seus trabalhos à investigação do acesso do indivíduo, enquanto sujeito de um Direito Internacional que se desenvolve cada vez mais pautado na promoção e na garantia dos Direitos Humanos, às Cortes e Tribunais Internacionais e aos órgãos jurisdicionais de Organizações Internacionais, cujos frutos serão objeto de obra vindoura.

Para a organização desta segunda obra do NETI-USP, bem como para a realização do VII Simpósio Brasileiro sobre Cortes e Tribunais Internacionais, ocorrido entre os dias 8 e 9 de dezembro de 2016, e realizado anualmente nas dependências da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, selecionamos o recorte temático central “Os Impactos da Atuação dos Tribunais Internacionais no Direito Interno”, de modo a registrar na presente obra os anais do evento, fruto de contribuições enviadas por 59 pesquisadoras e pesquisadores, cujas reflexões foram criteriosamente selecionadas pelo comitê editorial da publicação.

Aproveitamos, aqui, para registrar o agradecimento especial às Professoras Doutoras Camilla Capucio, Claudia Regina Oliveira Magalhães da Silva Loureiro, Daniela Bucci, Ivette S. Esis Villaroel, Renata Álvares Gaspar e Vera Lúcia Liquidato Viegas, bem como aos Professores Doutores Alfredo Attié, Deo Campos Dutra, Jeancezar Ditzz de Souza Ribeiro, Luís Renato Vedovato, Raphael Carvalho de Vasconcelos e Thiago Paluma, bem como ao comitê organizador do evento e desta publicação, por todos os esforços.

São Paulo, 08 de dezembro de 2016.

WAGNER MENEZES

Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Livre-Docente, Pós-doutor pela Universidade de Pádua, Itália. Presidente da Academia Brasileira de Direito Internacional (ABDI) e Diretor Científico Núcleo de Estudos em Tribunais Internacionais da Faculdade de Direito da USP.

CELSO DE OLIVEIRA SANTOS

Mestrando em Direito Internacional da Faculdade de Direito da USP. Coordenador-Geral do Núcleo de Estudos em Tribunais Internacionais da Faculdade de Direito da USP. Alumnus da AIESEC no Brasil. Embaixador do Movimento CHOICE.